

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
HYARA MARJO HONÉVA DE OLIVEIRA

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

CASCABEL

2019

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
HYARA MARJO HONÉVA DE OLIVEIRA

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E POLITICAS PÚBLICAS

Trabalho de Conclusão do Curso de
Arquitetura e Urbanismo, da FAG,
apresentado na modalidade Teórico-
conceitual, como requisito parcial para a
aprovação na disciplina: Trabalho de
Curso: Qualificação

Professor Orientador: Arq. Tainã Lopes
Simoni.

CASCADEL

2019

RESUMO

O presente trabalho trata a respeito das questões que implicam na qualidade da produção arquitetônica de interesse social, definindo o problema de pesquisa como: “O programa Minha Casa Minha Vida está de acordo com a real necessidade dos indivíduos?”. A partir disso foi realizada uma revisão histórica crítica da política habitacional brasileira, com o objetivo geral em compreender os critérios de definição da qualidade da arquitetura social nas habitações, e analisar a leitura de conjuntos habitacionais quando a necessidade de moradores, se o local da assistência necessária para o residente. Dos Institutos de Aposentadoria e Pensão ao Programa Minha Casa, Minha Vida, a lógica da produção habitacional permanece associada ao fortalecimento econômico ligado à construção civil bem como às relações políticas, sem que, contudo, se enfrente de forma abrangente a questão urbana. A presente comunicação, por meio de uma revisão bibliográfica, discutir como historicamente a política habitacional contribuiu para o quadro de exclusão social e de impactos socioambientais resultantes desse modelo. Portanto, a presente pesquisa trata da compreensão das possíveis características que uma arquitetura social de qualidade possa ter. Para isso, apresenta três obras de caráter de habitação social, e cinco aspectos que influenciam o processo de projeto arquitetônico, estes aspectos estão ligados no embasamento teórico para definir o que uma obra de qualidade precisa ter para se tornar digna.

Palavras chave: Política pública. Arquitetura Social. Direito a moradia digna. Habitação de Interesse Social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista geral Quinta Monroy.....	22
Figura 2 – Fachada Frontal Quinta Monroy.....	24
Figura 3 – Interior da residência antes e depois da modificação.....	25
Figura 4 – Fachada casa vila Madalena antes e depois da reforma	26
Figura 5 – Vista interna antes e depois da reforma.....	27
Figura 6 – Planta baixa térreo casa vila Madalena e planta sem escala pav. Superior	28
Figura 7 – Corte AA casa vila Madalena e corte sem escala BB.....	29
Figura 8 – Vista da sala vila Madalena.....	29
Figura 9 - Aranya fachada frontal.....	29
Figura 10 – Vista interna do conjunto habitacional Aranya.....	30
Figura 11 – Vista formal das casas e entorno.....	31

LISTA DE SIGLAS

SFH – Sistema financeiro de habitação.....	15
IAP – Instituto de aposentadoria e pensão.....	15
IAPB – Instituto de aposentadoria e pensão dos bancários.....	15
IAPI – Instituto de aposentaria e pensão dos industriais.....	15
FCP – Fundação casa popular.....	16
FHC – Fernando Henrique Cardoso.....	16
BNH – Banco nacional de habitação.....	16
FGTS – Fundo de garantia por tempo de serviço.....	17
SEDU – Secretaria especial de desenvolvimento urbano.....	20
PNH – Política nacional de habitação.....	20
PMCMV – Programa minha casa minha vida.....	20

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
DIRECIONADAS AO TEMA DA PESQUISA.....	10
1.1 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NOS FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS....	10
1.2 GÊNESE DA ARQUITETURA HABITACIONAL.....	13
1.3 HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL.....	17
1.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	22
 2 CORRELATOS E ABORDAGENS	
2.1 QUINTA MONROY, ELEMENTAL – AMÉRICA.....	24
2.1.1 Aspecto identitário/sociocultural.....	25
2.1.2 Aspecto econômico.....	26
2.1.3 Aspecto funcional.....	26
2.1.4 Aspecto construtivo.....	27
3.1 CASA VILA MADALENA.....	27
3.1.1 Aspecto identitário/sociocultural.....	28
3.1.2 Aspecto econômico.....	29
3.1.3 Aspecto funcional.....	29
3.1.4 Aspecto construtivo.....	30
4.1 ARANYA- INDORE, INDIA.....	31
4.1.2 Aspecto identitário/sociocultural.....	32
4.1.1 Aspecto econômico.....	32
4.1.3 Aspecto funcional.....	33
4.1.4 Aspecto construtivo.....	33
 CONCLUSÃO.....	34
 REFERÊNCIAS.....	35

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa esteve vinculada ao Trabalho de Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz – TC CAUFAG e tem como título “Fundamentos Arquitetônicos: Habitação social no Paraná. Tratou a arquitetura social de qualidade.

Mediante o fato de que a arquitetura atual tem adquirido identidade de separação social, justificou-se o trabalho na esfera social/cultural. É necessário rever o conhecimento de que a arquitetura é um luxo que apenas classes abastadas da sociedade podem adquirir. A pesquisa aborda sobre o papel social do arquiteto na sociedade, resultou na curiosidade sobre o déficit de habitações sociais e a falta de identidade de cada indivíduo que nesses projetos faltam.

Pouco se considera a respeito das necessidades humanas e sua interação com o ambiente no qual está inserida, há uma generalização de propriedades físicas e psicológicas que classifica os homens em estado de semelhança/igualdade. É uma questão de conforto não só físico como também psicológico, é considerar o ser humano em sua peculiaridade é essencial para projetos sensíveis, que levam em consideração um conjunto de fatores em prol do bem-estar coletivo e individual.

No âmbito acadêmico/científico, este trabalho apresentou maior aprofundamento de conhecimento e estudos ampliando a perspectiva de uma arquitetura possível. Como diz Lina Bo Bardi¹ (2009, p. 103), o problema das casas de baixo custo deve ser levantado por cientistas, arquitetos, sociólogos, médicos. Quanto maior o conhecimento aplicado, com mais facilidade o sucesso é obtido. Pesquisar, estudar, compreender as formas de se atingir essa arquitetura possibilita que mais pessoas apliquem e usufruam dos benefícios gerados.

O problema motivador do trabalho pôde ser formulado pela seguinte questão: “O programa Minha Casa Minha Vida está de acordo com a real necessidade dos indivíduos?”

O objetivo do trabalho consistiu em compreender os critérios que definem a qualidade da arquitetura social nas habitações, e analisar a leitura de conjuntos habitacionais quanto a necessidade de moradores, se o local da assistência necessária para o residente. Para atingir tal objetivo, foram executados os seguintes objetivos específicos: I) Contextualizar habitação e habitação social; II) Relatar a função social do arquiteto; III) Apresentar casos de habitações que deram certo; IV) Realizar a leitura das

políticas públicas V) Confirmar ou refutar a hipótese sobre relatos de habitações irregulares no Paraná.

A pesquisa se desenvolveu baseada no marco teórico que já analisam e entendem do assunto como Lago e Zunino (2010) que afirmam que, as moradias desempenham três funções significativas: social, ambiental e econômica. A função social é acomodar a família, permitindo que se desenvolva. A função ambiental consiste na inserção dessa habitação no ambiente urbano para que sejam assegurados os princípios básicos de infraestrutura, saúde, educação, transportes, trabalho e lazer e o impacto que a habitação exerce sobre o meio ambiente. Desta forma, as condições de vida, moradia e de trabalho da população estão vinculadas ao processo de desenvolvimento urbano. Já a oportunidade de geração de emprego e renda, a mobilização de vários setores da economia local e a influência dos mercados imobiliários e de bens e serviços exercem uma função econômica indiscutível.

A metodologia aplicada neste trabalho parte de pesquisas bibliográficas, sendo o estudo substanciado com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma. O material publicado pode ser fonte primária ou secundária (MORESI, 2003).

Segundo Lakatos e Marconi (1987, p. 15), a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdade parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade, mas descobrir respostas para perguntas ou soluções para os problemas levantados através do emprego de métodos científicos.

A pesquisa bibliográfica incorpora qualquer material produzido sobre determinado assunto. Por essa razão a pesquisa objetiva construir hipóteses a partir do problema da mesma, fundamentando o assunto em questão. Desta forma são extraídas informações que darão base à proposta de inserção de modelo arquitetônico e que seria entendido também como verdadeiro (FILHO e RABELLO, 2012).

As informações coletadas, através da observação sistemática, responderam-se o problema da pesquisa por meio do método indutivo. Na observação, não devem ser utilizadas normas rígidas para a solução do problema, pois os elementos em análise podem se encontrar em diferentes situações (MARCONI, LAKATOS, 2011, p. 278). O método indutivo, por sua vez, fundamenta-se em argumentos, uma vez que “o objetivo

dos argumentos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam” (MARCONI, LAKATOS, 2011, p. 53).

Esse método consiste em observar os fatos estudados afim de descobrir seus motivos, descobrir a relação entre eles e classificação – generalização – do resultado. A abordagem dialética no projeto de pesquisa deixa o assunto em discussão, uma vez que para a dialética as coisas não estão acabadas. Para a dialética, as coisas sofrem uma ação recíproca em que o objeto de análise não é algo fixo, mas está sempre em movimento (MARCONI, LAKATOS, 2010, p. 83).

Portanto, os próximos capítulos deste trabalho foram organizados da seguinte forma: no primeiro capítulo foram apresentadas as revisões bibliográficas e suporte teórico que tratam a respeito do início da arquitetura, surgimento das cidades, arquitetura contemporânea buscando sua compreensão por meio de suas vertentes, e questões sobre a habitação social. Em seguida, foram exibidos os correlatos e os aspectos influenciadores da abordagem arquitetônica, identitários, socioculturais, funcionais, econômicos e construtivos.

1 FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DIRECIONADAS AO TEMA DA PESQUISA

Este capítulo serão apresentados recortes de autores e produções teóricas que abrangem uma visão geral dos assuntos discutidos na presente pesquisa, tendo início com o entendimento do que é arquitetura e do urbanismo e sua relação com a sociedade a arquitetura habitacional e sociedade e o contexto da habitação social.

1.1 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NOS FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS

O início da Arquitetura se deu com a prática da agricultura, que levou a criação de cidades, compostas por lares, santuários e palácios, servidas pelas terras agrícolas. Neste contexto de Arquitetura e seu valor histórico é importante conhecer e entender os períodos e suas características. Estes períodos são denominados como pré-história, antiguidade (Egito, Grécia e Roma), Idade Média (Gótico), Renascimento (Iluminismo), moderno pós-moderno e Contemporâneo, em análise geral. Com isso, entende-se que, a Revolução Industrial, marcada pelo período moderno, reflete nas mais distintas formas de intervenção, buscando a ambientalização e o sentido racional de desenvolvimento (GLANCEY, 2001, p. 09).

No renascimento, Fellipo Brunelleschi (1377-1446) desenvolveu um novo método de trabalho que distinguia os arquitetos dos operários e construtores, além de emparelhar a arquitetura com a ciência e a literatura. Com esse novo método, a arquitetura passa a ser baseada na razão humana e nos modelos antigos, de forma a ser facilmente reconhecida pela sociedade, sendo adotada como a única arquitetura possível durante os séculos XV e XVI (BENEVOLO, 2009, p. 45).

Na história, as formas arquitetônicas sempre serviram como forma de representação dos sentimentos coletivos e individuais da humanidade: dos templos e termas gregos e romanos, às construções de igrejas do período bizantino ao gótico. Os primeiros registros de arquitetura se encontram nos Dez Livros de Arquitetura de Vitruvius, quando ele cita as cariátides (estruturas de edifícios em formas de mulher) e a origem dos capiteis da ordem coríntia (COLIN, 2000, 30).

Pereira (2010) relata que as cidades tiveram suas origens no início do período Neolítico, quando o clima glacial se atenua e o homem começa a deixar sua caverna e voltar suas atividades para o exterior, mudando, aos poucos, sua maneira de viver. Nesse

processo, da pré-história até a civilização, a configuração do assentamento humano surge através de inovações que são simbolizadas nas sociedades agrícolas.

Dessa forma, a partir do momento em que o homem começa a realizar a produção de alimentos, ele abre espaço para se dedicar a outras tarefas. Surgem então as primeiras obras arquitetônicas que foram idealizadas pelo homem, sendo elas: quadras, moradias, muralhas, pequenos vilarejos, entre outros. (PEREIRA, 2010. p. 20).

A origem das cidades provém da natureza dos lugares. Assim, essas cidades são locais de estabelecimentos aparelhados. No princípio nasce uma aldeia, e conforme o tempo passa, essa aldeia cresce e se forma através dos trabalhos executados por sua civilização. Surgem então as indústrias e os serviços já não são executados apenas pelos cultivadores de terra, mas também por outras pessoas que não tem essa obrigação, sendo essas pessoas mantidas pelo trabalho das primeiras (BENEVOLO. 2009. p.23.)

O autor ainda afirma que:

A cidade, centro motor desta evolução, não só é maior do que a aldeia, mas se transforma com uma velocidade muito superior. Ela assinala o tempo da nova história civil: as lentas transformações do campo (onde é produzido o excedente) documentam as mudanças mais raras da estrutura econômica; as rápidas transformações da cidade (onde é distribuído o excedente) mostram, ao contrário, as mudanças muito mais profundas da composição e das atividades da classe dominante, que influem sobre toda a sociedade (BENEVOLO, 1997, p. 26).

Uma obra de arte determina um espaço urbano: o que a produz é a necessidade, para quem vive e opera no espaço, de representar para si de uma forma autêntica ou distorcida a situação espacial em que opera. (ARGAN, 2005, p. 74).

A cidade, no seu conjunto, forma um organismo artificial inserido no ambiente natural, é ligado a este ambiente por uma relação delicada; respeita as linhas gerais da paisagem natural, que em muitos pontos significativos é deixada intacta, interpreta-a e integra-a com os manufaturados arquitetônicos (BENEVOLO 1997, p. 80).

Durante a segunda metade do século XIX, com o início da revolução industrial, o papel do arquiteto acaba ganhando cada vez mais reconhecimento. Isso porque com a elaboração da energia a vapor na Inglaterra, veio a produção fabril, a extrusão e a produção de novos materiais e novas formas de construir, tendo como consequência o início da industrialização (GLANCEY, 2001, p. 30).

Nasce assim, o contraste entre dois grupos sociais, dominantes e subalternos; mas entretanto, as indústrias e os serviços já podem se desenvolver através da especialização, e a produção agrícola pode crescer utilizando estes serviços e estes

instrumentos. A sociedade se torna capaz de evoluir e projetar a sua evolução. (BENEVOLO, 2009, p. 23).

O período contemporâneo da arquitetura compreende o do fim do século XX, ao redor da década de 1990, até os dias de hoje. Toda produção realizada nesse período é considerada contemporânea. A arquitetura contemporânea vem à, após a alta valorização da padronização da construção e determinismo tecnológico do modernismo e a supervalorização estética do pós-modernismo que não se importava com questões ambientais e urbanísticas (GHIRARDO 2002, p. 4, 8, 15, 29-30).

Segundo Bruand (2003), a arquitetura contemporânea no Brasil teve várias correntes, mas, a mais específica foi a tentativa de conciliar os princípios da arquitetura moderna sem perder os da tradição local, que colaborou para marcar seu caráter próprio. Em sua essência a arquitetura brasileira contemporânea é racionalista e prática ao mesmo tempo.

A arquitetura constitui a belas-artes, juntamente com a escultura, a pintura, a música e o teatro; dessa forma, cabe ao edifício tocar a nossa sensibilidade, incitando-nos à sua contemplação e à observação de suas formas, textura das paredes, ao arranjo das janelas, ao jogo de luz e sombras, às cores, a sua leveza ou solidez

Ainda segundo o autor,

[...] “tudo o que se constrói deve ter solidez, utilidade e beleza; onde a solidez refere-se aos sistemas estruturais, as tecnologias, qualidade dos materiais utilizados; a utilidade vai tratar da condição dos espaços criados, seu correto dimensionamento para atender aos requisitos físicos e psicológicos dos usuários; e a beleza refere-se às preocupações estéticas que devemos ter ao projetar e construir: em arquitetura, não se trata apenas de edificar algo sólido, de boa técnica e com materiais de qualidade, e que abrigue corretamente os usos a que se destina; é preciso nos incitar a contemplação e a fruição” (COLIN, 2000, p.32-33).

A arquitetura é a expressão dos comportamentos de cada sociedade humana e a portadora das pautas da autoridade para ordenar e proibir. A arquitetura é a expressão da verdadeira alma das sociedades, da mesma maneira que a fisionomia humana é a expressão das almas dos indivíduos (BATAILLI, 1970, p. 25). A história da arquitetura é a história do notável esforço humano, um dos caminhos pelos quais tentamos criar ordem e, dar sentido ao infinitamente curioso e, não obstante, confuso mundo (GLANCEY, 2001, p.7).

Arquitetura não é simplesmente uma arte, mais ou menos bem executada; é uma manifestação social. Se quisermos saber porque algumas coisas são o que são em nossa arquitetura, é necessário que olhemos para o povo; pois os edifícios no seu conjunto são

a imagem de um povo como todo, embora especificamente elas sejam a imagem individual daqueles os quais, constituindo uma classe, o público delegou e proporcionou poderes para constituir. (SULLIVAN, 1947, p.227). A arquitetura é o elemento da superestrutura social, mas liga-se igualmente a base como parte da cultura material da sociedade. Os edifícios e instalações diversas que alojam as mais variadas atividades humanas são bens materiais indispensáveis a própria existência social. (ARTIGAS, 2004, p.51).

Se uma das tarefas do arquiteto é organizar e ordenar o meio ambiente em que vivemos, temos de reconhecer que nossas cidades não evidenciam o melhor cumprimento dessas tarefas. Através disso é possível constatar de que os encargos da função deverão sempre buscar soluções ou respostas, que ajudem a minimizar de fato os aspectos gerados através de toda uma relação de acontecimentos e fatores (COLIN, 2000, p.121).

1.2 GÊNESE DA ARQUITETURA HABITACIONAL

A Habitação de Interesse Social surgiu com o advento da Revolução Industrial que provocou a migração da população rural para os centros industriais acarretando numa maior concentração populacional ao redor das indústrias configurando as chamadas “colônias operárias” (STECHHAHN, 1990 apud ROSA, 2010).

No final do século XIX, as cidades começaram a se expandir no país. Surge então, a partir do crescimento das cidades, a problemática da habitação. Esse inchamento das cidades é inevitável, em virtude do declínio dos centros agrários, originando a hipertrofia urbana. Isto é, a cidade passa a servir de moradia aos ex-escravos e à aristocratas rurais (HOLANDA, 1995, p. 172).

Naquele momento histórico, a principal preocupação era com os problemas higiênicos das habitações, pode-se dizer que essa era a principal preocupação do Estado sobre a questão da moradia, como esclarece o urbanista Nabil Bonduki, “os problemas que mais preocupavam as autoridades eram os que agravavam as condições higiênicas das habitações, dado que no final do século foram inúmeros os surtos epidêmicos (NABIL, 1998, p. 20).

Com o mesmo pensamento do autor acima continua sua análise no sentido que, percebe-se a atuação do Estado, movida pelo pânico gerado pelos surtos epidêmicos, voltada quase que exclusivamente para as questões sanitárias. Se as habitações não representassem perigo para as condições sanitárias da cidade, nada se saberia sobre elas.

A problemática habitacional da época tem relação direta também com o início da segregação espacial nas cidades, resultado da forte diferenciação das classes sociais, tendo como pretexto, para a separação espacial, as questões sanitárias, de um lado os proprietários dos meios de produção, os ricos detentores do dinheiro e bens; de outro, os vendedores de sua força de trabalho, os livres e despossuídos, essa dinâmica acaba por refletir nas políticas de segregação (ROLNIK, 1995, p.39).

No início da República, higienistas, médicos e engenheiros começaram a pressionar pela criação de leis e serviços sanitários que regulassem as moradias.

Nesse contexto, Bonduki afirma que o poder público:

[...]atacou em três frentes: a do controle sanitário das habitações; a da legislação e códigos de posturas; e a da participação direta em obras de saneamento das baixadas, urbanização da área central e implantação de rede e esgoto. Sobretudo no que diz respeito ao controle sanitário, essas medidas foram marcadas por uma concepção que identificava na cidade e nas moradias as causas das doenças, as quais seriam extirpadas por meio da regulamentação do espaço urbano e do comportamento de seus moradores – uma ação que seria importante instrumento de controle social e manutenção da ordem (BONDUKI, 1998, p. 20).

O crescimento urbano sempre se deu com a exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, que é quando as cidades tendem a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação (MARICATO, 2001, p.22). O crescimento das cidades ocorreu de maneira muito mais rápida em proporções muito maiores que o esperado, provocando desequilíbrio nos quesitos industriais, de trânsito, mas principalmente de moradia (CORBUSIER, 2000, p. 87).

As ocupações coletivas de área urbana, conjuntos habitacionais em condições precárias ou abandonados, os cortiços e habitações coletivas em condições precárias nas regiões centrais da cidade, são situações concretas que evidenciam a necessidade de construir uma política urbana [...] com objetivo de promover a integração social e territorial da população que vive nesses assentamentos urbanos (SAULE, 1999 p. 11-2).

O clima político, econômico e cultural durante a ditadura Vargas (1930-45) colocou em cena o tema habitação social com uma força jamais vista anteriormente. Num quadro em que todas as questões econômicas se tornaram preocupação do poder público e das entidades empresariais envolvidas na estratégia de desenvolvimento nacional, o problema da moradia emergiu como aspecto crucial das condições de vida do operariado, pois absorvia porcentagem significativa dos salários e influía no modo de vida e na formação ideológica dos trabalhadores (BONDUKI, 1998, p.73). Na falta de alternativas,

a população apela para seus próprios recursos e produz a moradia como pode, gerando trágicas consequências (MARICATO, 2013, p. 44).

As novas responsabilidades do Estado na Era Vargas e a política social implementada como suporte das demais diretrizes políticas tinham por pretensão responder aos diversos segmentos da sociedade com uma ação eficaz no trato do problema habitacional, sendo que a crise habitacional crescia com a mesma força que a população das maiores cidades brasileiras (Ricardo Vélez Rodríguez 2001).

O Estado como responsável pelo provimento de boa parte dos serviços urbanos, essenciais tanto às empresas como aos moradores, desempenha importante papel na determinação das demandas pelo uso de cada área específica do solo urbano e, portanto, do seu preço. Sempre que o poder público dota uma zona qualquer da cidade de um serviço público [...] ele acaba desviando para esta zona demandas de empresas e moradores que anteriormente, devido à falta do serviço em questão davam preferência a outras localizações (MARICATO, 1982, p. 34).

Pode-se analisar o sentido real do problema da habitação, quando verificamos que o grande interesse pelo tema habitação a partir da década de 1930 pode ser explicado pela própria crise habitacional pela qual o Brasil passava naquele período, fazendo com que novas alternativas fossem encontradas, isso porque não somente a classe economicamente baixa estava sendo atingida, mas também, agora, a classe formadora de opinião pública, a classe média que na época morava, em sua maioria, nas casas de aluguel (BONDUKI, 1998).

O direito à moradia significa garantir a todos um lugar onde se abrigue de modo permanente, pois, a etimologia do verbo morar, do latim “morari”, significa demorar, ficar. O conteúdo do direito à moradia não significa, tão somente, a faculdade de ocupar uma habitação. A história da habitação está ligada ao desenvolvimento social, econômico e político da humanidade (CANUTO, VLACH, 2005 apud FITTIPALDI, 2008, p. 4)

As pessoas precisam de um lugar para habitar, onde se proteger, onde se esconder se for o caso. Deixar de considerar esta finalidade última da arquitetura (que em absoluto visa destruir uma cultura, mas apenas ajudar a corrigir-se, a encaminhar-se a seus fins mais elevados) é praticar um desrespeito em relação aos grupos sociais, à cidade, à sociedade, àqueles homes, mais particularmente, que por suas condições educacionais e econômicas necessitam absolutamente do arquiteto. (COELHO NETTO, 1999, P. 173)

O ser humano necessita, para viver, ocupar determinando lugar no espaço. Tal afirmação nos remete ao pensamento de que todas as pessoas pertencem e têm como necessidade um ambiente que possa lhe abrigar e dar proteção, no entanto, como já é evidente, nem sempre tais demandas são realmente abrangentes para que possam suprir a necessidade de todos, alguns indivíduos que se mantem dentro da chamada ‘população marginal’ acabam por fazer da rua seu lugar (CARLOS, 2003, p.45).

Para a habitação cumprir suas funções, é necessário, além de um espaço confortável, seguro e salubre, que esteja integrado com o entorno (ABIKO, 1995, p. 3). Pedro (2000, p. 9) define a qualidade residencial como sendo uma adaptação da moradia às necessidades de seus moradores. A habitação deve também incorporar possibilidade de alteração, permitir compatibilização cultural e social que atenda às necessidades dos moradores e a sociedade a sua volta; possibilitar inovações e melhorias, estimulando o desenvolvimento

Uma habitação social torna-se diferente de qualquer outra habitação simplesmente pela pouca disponibilidade financeira de seus moradores. As necessidades são as mesmas, mas, em função do objetivo de minimizar os custos de investimentos, os espaços são reduzidos e os projetos são simplificados (FITTIPALDI, 2009, p. 30).

Bonduki (2004) explica que o capitalismo tornou a habitação em mercadoria, dessa maneira o mercado deve suprir a demanda do consumidor que irá pagar pela moradia, atendendo a condição econômica de cada um. As causas que dificultam ainda mais o processo para as famílias de baixa renda obterem uma habitação adequada estão relacionadas a diversos fatores como escassez de terrenos adequados física e financeiramente, desemprego e redução da renda, valor e qualidade dos materiais para construção, inexistência ou falta de divulgação de políticas públicas que atendam as questões da habitação social (ABIKO, 1995, p. 4).

Colin (2000) afirma que os grandes conjuntos habitacionais de interesse social são projetados por arquitetos, mas financiados por órgãos governamentais sociais e não trazem retorno de capital. Sendo assim, o arquiteto tem maior função de apoio e não pode se envolver nos problemas político-financeiros, apenas apresentando as soluções técnicas e estéticas exigidas. Sendo assim, os conceitos de habitação nos revelam que existe carência no cumprimento dos direitos do ser humano referente à moradia salubre e de qualidade, mas existem meios de oferecer a essa população habitações sociais de maneira que atenda às necessidades básicas do cidadão.

1.3 HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

O problema da habitação no Brasil tem suas origens associadas ao período de transição de um modelo socioeconômico agrário-exportador para um modelo urbano industrial. Tal qual argumenta Nabil Bonduki (2011), em fins do século XIX, já se reconhecia em São Paulo o problema da habitação precária. A massiva imigração de trabalhadores para o Brasil, no período de consolidação da economia cafeeira, colocava como condição a produção massiva de moradias para atender as novas demandas. Essas novas necessidades habitacionais eram atendidas, sobretudo por um setor chamado de rentista, iniciativa privada que produzia unidades habitacionais altamente densas em ocupação e caracterizadas por condições insalubres de moradia, sendo os cortiços soluções recorrentes. A grande densidade de ocupação desses imóveis tornava-os altamente lucrativos, tendo em vista sua condição de acesso ser justamente o aluguel.

É no período do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que se iniciam as primeiras iniciativas públicas de produção da moradia, com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), órgãos vinculados as diversas categorias profissionais, sendo que cada uma delas contava com seus distintos institutos. Assim surgiram, por exemplo, o IAP dos bancários (IAPB) ou o dos industriais (IAPI), entre diversos outros (BONDUKI, 2011; CYMBALISTA e MOREIRA, 2006).

Pelo fato de os IAPs atenderem justamente aos trabalhadores formalmente registrados segundo as distintas categorias profissionais então instituídas, os mesmos foram incapazes de incluir as classes populares, nas quais já predominavam empregos informais e de baixa remuneração. Pela eminência do predomínio do aluguel sob as classes populares, o governo Vargas sancionou então, uma lei que congelava os preços dos aluguéis então vigentes (LIMA E ZANIRATO, 2014).

Bonduki (2011) argumenta que o congelamento dos aluguéis, além de um suposto objetivo social, tinha como pressuposto desestimular o investimento na produção de residências para aluguel, voltando o capital excedente para a consolidação da indústria nacional, o que evidencia o caráter mercantil da produção habitacional, então em consolidação.

Os loteamentos periféricos, também importantes nesse período, além de conformarem uma solução barata à produção habitacional, contribuíram para a retenção especulativa de grandes vazios urbanos, localizados entre os centros urbanos

consolidados e as mais distantes periferias, as quais não apresentavam qualquer infraestrutura urbana (BOTELHO, 2005).

Em 1946, no governo de Gaspar Dutra, é criada a Fundação da Casa Popular (FCP), primeiro órgão federal a centralizar investimentos voltados à produção habitacional, tendo em vista serem os IAPs órgãos de gestão independente e, ainda que tivessem orientações mais gerais de atuação, eram providos de autonomia administrativa (BONDUKI, 2011). A FCP, no entanto, manteve relações clientelistas em sua produção habitacional, não contemplando mais uma vez as classes populares.

Com o golpe militar, em 1964, ambos os órgãos são extintos, tanto os IAPs quanto a FCP, sendo que o governo militar optou por construir uma instituição que operasse sobre suas próprias bases, fundando então o Banco Nacional de Habitação.

Dado que, sob a perspectiva populista, tanto os IAPs quanto a FCP, apesar de seus problemas, haviam instaurado certa estabilidade política com a classe média, visto que nela se difundiu o ideário da pequena propriedade privada e da casa própria como uma “recompensa” por seus sacrifícios, o governo militar, abolindo as experiências anteriores com relação à política habitacional, lançou suas próprias bases de atuação com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964 (LIMA E ZANIRATO, 2014).

Contudo, muito além das bases populistas nas quais se fundamentava a necessidade de produção habitacional massiva, o regime militar, dentro de seu ideário de consolidação do capital industrial brasileiro, enxergava no setor imobiliário a oportunidade de alcançar objetivos estratégicos, dados pela criação de linhas permanentes de financiamento para estruturar em moldes capitalistas o setor da construção civil, dinamizando a economia e gerando empregos (BONDUKI e LEITE, 2008).

O modelo de financiamento do BNH baseou-se fortemente na tentativa de um equilíbrio econômico, por meio do financiamento da habitação centralizado em um Sistema Financeiro de Habitação (SFH) alimentado tanto com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) quanto pelas cadernetas de poupança privadas. Pela grande ênfase dada ao estímulo dos setores associados à construção civil, a atuação do BNH priorizou a quantidade de unidades produzidas, ao menor custo possível, com pouca ou nenhuma preocupação com a qualidade arquitetônica e urbanística dos conjuntos construídos. Nesse sentido, Bonduki e Maria Leite explicam que:

Os conjuntos foram localizados nas franjas urbanas, onde a terra era barata, mais distante do trabalho e desprovida de infraestrutura e equipamentos, uma opção que agravou os problemas urbanos e ambientais, estendeu desmesuradamente a urbanização e criou áreas descontínuas, vazias ou ociosas. Em consequência, os investimentos para permitir a mínima inserção urbana foram elevadíssimos (BONDUKI E LEITE, 2008, p.93).

O período final de atuação do BNH, extinto em 1986, demonstra continuidade do padrão periférico de promoção habitacional promovido pelas COHABs, sendo o exemplo mais representativo desse período os conjuntos habitacionais construídos em Cidade Tiradentes, no extremo leste de São Paulo (CORDEIRO, 2009).

A extinção do BNH, no contexto de redemocratização do país, deu-se em âmbito de uma séria crise que teve como fatores determinantes a política de arrocho salarial do governo militar, que garantia a manutenção de baixos salários para incentivar o crescimento do setor industrial brasileiro, e os níveis crescentes de inflação, que acabaram por gerar massiva inadimplência perante o SFH (BONDUKI, 2004)

Com a extinção do BNH, critica Bonduki:

A Caixa Econômica Federal – um banco de primeira linha – tornou-se agente financeiro do Sistema Financeiro de Habitação, absorvendo precariamente algumas das atribuições, o pessoal e o acervo do antigo BNH. A regulamentação do crédito habitacional passou para o Ministério da Fazenda, no âmbito do Conselho Monetário Nacional, tornando-se, de modo definitivo, um instrumento da política monetária, o que levou ao controle mais rígido do crédito, que dificulta e limita a produção habitacional (BONDUKI, 2004, p.73).

O período foi marcado pela indefinição de uma política nacional de habitação e pela contínua transferência de responsabilidades administrativas com respeito à questão habitacional. O BNH vinculou-se em 1985 ao Ministério do Desenvolvimento Urbano. Em 1987, este ministério transformou-se em Ministério da Habitação, Urbanismo e Desenvolvimento Urbano. Em 1988, o Ministério foi renomeado Ministério da Habitação e Bem-Estar Social, que foi extinto em 1989. Nesse momento, a política de habitação fica novamente sob responsabilidade do Ministério do Interior (LIMA E ZANIRATO, 2014).

Em 1990, é criado o Ministério da Ação Social, posteriormente renomeado Ministério do Bem-estar Social, onde passou a funcionar a Secretaria Nacional de Habitação. No Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a Secretaria Nacional da Habitação foi subordinada ao Ministério do Planejamento e Orçamento. Durante o governo FHC foi instituída a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU),

vinculada à presidência da República, que se responsabilizou pelas instituições ligadas à política habitacional até 2003, quando foi criado o Ministério das Cidades, no qual se alocou a Secretaria Nacional de Habitação (CYMBALISTA E MOREIRA, 2006, p.35).

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), no entanto, apresentou algumas inovações no que se refere à questão habitacional. No início do governo de FHC, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) atravessava um momento especial em toda sua história. Com a extinção do Banco Nacional de Habitação, agente central do SFH, em 1986 (em meio a grave crise financeira), o sistema passou por processo de transição para um novo desenho (MARICATO, 1998, p. 34).

Nesse período Princípios como flexibilidade, descentralização, diversidade, reconhecimento da cidade real, entre outros, foram adotados com novos referenciais, pelo menos na retórica, de maneira compatível com o ambiente e o debate nacional e internacional que, de uma forma bastante generalizada, passou a rejeitar os programas convencionais, baseados no financiamento direto à produção de grandes conjuntos habitacionais e em processos centralizados de gestão (BONDUKI, 2008, p.78).

Merece ênfase nesse período o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), concebido em 1999, que se mostrou positivo do ponto de vista socioespacial por ter conseguido produzir conjuntos habitacionais em áreas centrais, incluindo algumas reformas de edifícios ociosos no centro de São Paulo por meio do PAR-Reforma (TSUKUMO, 2007). Contudo, Azevedo e Andrade (2007) argumentam que o PAR acabou por manter a exclusão das classes populares, tendo em vista que era voltado ao atendimento de uma clientela na faixa entre quatro e seis salários mínimos de renda familiar.

Ainda que proposto como forma de leasing habitacional, esse programa parece não ter sido pensado com a mesma filosofia de seus congêneres europeus. O “arrendamento” aqui teria mais o objetivo de facilitar a retomada dos imóveis em caso de inadimplência do mutuário, evitando longas batalhas judiciais (AZEVEDO E ANDRADE, 2007, p.27-28).

Findado o governo FHC, novas oportunidades se abriram relativamente à questão urbana e habitacional em âmbito federal. O então eleito presidente Lula tinha como uma de suas principais propostas a formulação e consolidação de uma estrutura política, financeira e institucional que priorizasse ações inovadoras no referido setor, dando grande ênfase na inclusão das classes populares (LIMA E ZANIRATO, 2014).

A política habitacional, no entanto, voltou a assumir um papel de destaque nas políticas sociais no governo Lula. O ressurgimento do mercado imobiliário ocorreria somente em meados do primeiro mandato petista, e os elementos de uma política de moradia social estariam fortemente priorizados apenas no segundo mandato, em resposta a crise financeira mundial, com o *minha casa, minha vida* em 2009. Nesse programa, as construtoras tem um papel central na produção das unidades habitacionais, o que envolve a viabilização de pleitos de prefeituras e movimentos sociais junto a Caixa Econômica Federal (LIMA E ZANIRATO, 2014).

Com a criação do Ministério das Cidades foi possível articular as reivindicações históricas dos movimentos sociais com aquelas do setor da construção, definir prioridades e, finalmente, dotar o país de uma efetiva Política Nacional de Habitação. Por sua vez, a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e a aprovação da Resolução 460 pelo Conselho Curador do FGTS favoreceram o direcionamento dos recursos ao atendimento da população de menor renda (MATTOZO E MUNIZ 2006).

A nova PNH, de modo coerente com a Constituição Federal e com o Estatuto da Cidade, reconhece a função social da propriedade e a habitação como questão do Estado e direito básico do cidadão, determinando-a como atribuição corrente dos três níveis de governo e preconizando a inclusão social e a gestão participativa e democrática (BONDUKI E ROSSETTO, 2008, p.35).

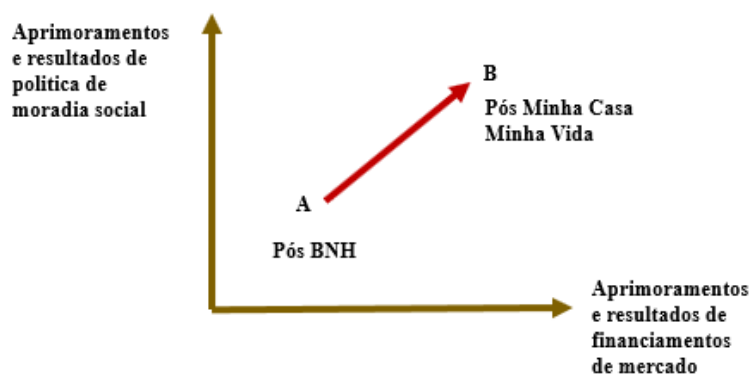
O PlanHab propunha grande diversidade de soluções habitacionais em acordo com os distintos tipos de municípios, diferenciando regiões metropolitanas, grandes, médias e pequenas cidades (KRAUSE et al, 2013). o PMCMV baseia-se exclusivamente na promoção privada de unidades habitacionais, sendo responsabilidade do poder público o mero repasse de recursos, ficando clara, mais uma vez, a primazia do mercado nesse setor.

Por oferta o que significa que a construtora define o terreno e o projeto, aprova junto aos órgãos competentes e vende integralmente o que produzir para a CAIXA, sem gastos de incorporação imobiliária e comercialização, e sem risco de inadimplência dos compradores ou vacância das unidades. A CAIXA define o acesso às unidades a partir de listas de demanda, elaboradas pelas prefeituras (CARDOSO e ARAGÃO, 2013, p.37).

A pesquisa investigada e sintetizada no gráfico 1, considerando o ponto A como a situação da política habitacional após o fim do BNH, em 1986, chega-se ao ponto B com o PMCMV (Programa *minha casa, minha vida*). Ocorre um processo de aprimoramento institucional favorável á atuação do setor privado, o que se reflete em maiores investimentos em habitação, paralelamente verifica-se um progressivo

aprimoramento da política social de habitação, acompanhado de um maior volume de recursos para esse fim, com destaque para os subsídios aos financiamentos das famílias de nível de renda mais baixo.

Gráfico 1- Caracterização esquemática da trajetória da política habitacional brasileira



Fonte- Edney Cielici Dias

1.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo foi analisado os primórdios da arquitetura e suas linguagens, a gênese da habitação social os quais abordam elementos capazes de auxiliar na categorização desse estudo e a habitação social no Brasil.

No próximo capítulo, serão vistas as obras que servirão para análise, com os aspectos influenciadores da arquitetura na prática de projetos de interesse social.

2 CORRELATOS E ABORDAGENS

No presente capítulo serão apresentados e explanados correlatos de obras de interesse social, foram elencados cinco aspectos de análise que consistem em: aspectos identitários que é o jeito pertencente que a pessoa tem em seu espaço, aspectos socioculturais como a habitação esta inserida em seu entorno, aspectos funcionais, qual a funcionalidade do projeto para quem reside nele, aspectos construtivos, que influenciam na prática e execução de projetos e aspecto econômico.

2.1 QUINTA MONROY, ELEMENTAL – AMÉRICA

A habitação social Quinta Monroy, localizada em Sold Pedro Prado, Iquique, Chile, é um projeto do escritório Elemental, regido pelo arquiteto Alejandro Aravena (1967) em 2004 (ARAVENA, 2012).

O governo chileno pediu-nos para resolver uma equação difícil: Radicar 100 famílias que durante os últimos 30 anos estiveram ocupando ilegalmente um terreno de 0,5 hectares no centro de Iquique, uma cidade no deserto do país. Apesar do custo do terreno –3 vezes maior que a habitação social normalmente pode pagar pelo solo– o que se queria evitar era erradicação destas famílias para a periferia (ELEMENTAL, 2017).

Na imagem acima nos mostra a Quinta Monroy antes dos moradores habitar nela, apenas com um lado da obra concluída.

Figura 1- Quinta Monroy, 2004



Fonte- ELEMENTAL, 2012

2.1.1 Aspecto Identitário/ sociocultural

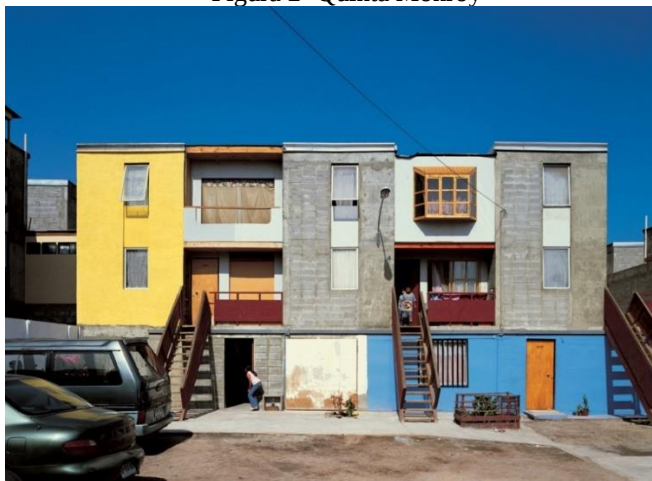
Segundo o The Guardian (2016), a atitude do arquiteto perante ao desafio do projeto foi optar por, ao invés de oferecer uma moradia pequena, realizar metade de uma habitação de classe média de que possibilitaria a ampliação do espaço da residência ao longo do tempo e das possibilidades financeiras dos proprietários.

À medida que os moradores se mudavam, eles podiam ocupar esses espaços generosos e adequar a estrutura às suas necessidades, personalizando seu espaço às suas próprias custas e mão-de-obra, acrescentando cor, textura e vida. Através deste processo, as habitações não só cresceram em tamanho e valor, mas os residentes desenvolveram um sentimento de orgulho, propriedade e pertencimento a seus lares (TORYHENDERSON, 2016).

Introduzir entre o espaço público (as ruas e calçadas) e o privado (de cada moradia) o espaço coletivo: uma propriedade comum, mas de acesso restrito, que dá lugar à sociabilização, atividade chave para o êxito de entornos frágeis (ARAVENA, 2012, s.p.). O próprio arquiteto afirma que, a cada dia que passa, as moradias comuns têm menor valor especulativo, mas esse quadro tem que mudar, por esta razão um grande foco do projeto foi também a valorização futura do imóvel. “Para as famílias carentes, isso significa que um subsídio modesto do governo poderia levar a um verdadeiro ponto de virada para longe da pobreza” (TORY-HENDERSON, 2016).

Na figura 2 nos mostra a identidade que cada morador colocou em suas casas, com diversas cores, formas de janelas, o aspecto identitário é livre de cada um para que se sintam pertence daquele lugar.

Figura 2- Quinta Monroy



Fonte- ELEMENTAL, 2012

2.1.2 Aspectos econômico

A proposta para o projeto era de 7,500 dólares (cerca de 24.500 reais) – desde projeto até a compra do terreno e infraestrutura com 30 m² de espaço construído. Os arquitetos, então, sugeriram não pensar no problema como um gasto, mas vê-lo como um investimento, trata-se de garantir que a habitação subsidiada, que recebem as famílias, valorize-se a cada dia que passa. (ELEMENTAL, 2017).

O valor das propriedades desde então aumentou mais de US \$ 20.000 (cerca de 65.000 reais) e ainda assim, as famílias preferiram permanecer e continuar melhorando suas moradias, ao invés de vendê-las (ELEMENTAL, 2017).

2.1.3 Aspectos funcionais

No projeto optaram por fazer aquela metade que uma família, individualmente, nunca poderá alcançar, por mais tempo, esforço e dinheiro que se invista. As casas fornecem uma estrutura básica de concreto, completa com cozinha, banheiro, escada parede e teto, que segundo o arquiteto (ARAVENA, 2012) são as partes mais difíceis da casa, permitindo que as famílias preenchessem as lacunas e carimbassem sua própria identidade em suas casas durante o processo.

Nas imagens abaixo, representa a adaptação das casas pelos moradores. Este acontecimento é um reflexo do aspecto identitário do local, permite que os moradores modifiquem suas casas conforme suas necessidades.

Figura 3- Interior da residência antes e depois da modificação feita pelos moradores



Fonte- ELEMENTAL, 2012

2.1.4 Aspecto construtivo

As unidades iniciais, as meias casas, contam pé direito duplo, estruturas robustas de blocos de concreto, equipadas com os elementos básicos do programa de necessidades, separados internamente por divisórias de madeira. Cada uma das estruturas alterna com espaços vazios exatamente do mesmo tamanho dos espaços construídos, visando a futura expansão. À medida que os moradores se mudavam, para dentro das casas, podiam tomar esses espaços e adaptar a estrutura as suas necessidades, personalizando seu espaço às suas próprias custas e trabalho, acrescentando cor, textura e vida (TORY-HENDERSON, 2016, s.p.).

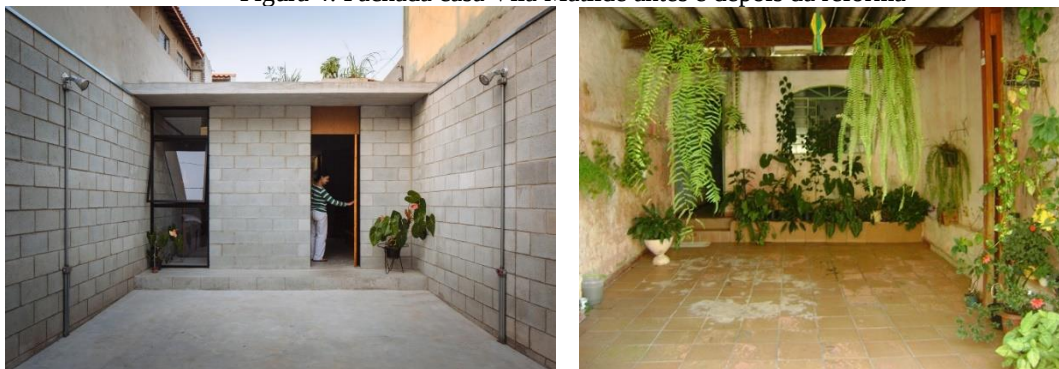
3.1 CASA VILA MATILDE

Localizada em São Paulo, Brasil, a Casa Vila Matilde foi projetada pelo escritório Terra e Tuma Arquitetos Associados, no ano de 2015. Dalvina Ramos, que trabalha há 31 anos como diarista, morava há mais de 25 anos em sua casa, no bairro que dá nome ao projeto, e o imóvel já se encontrava em condições precárias de estrutura.

Quando a construção entrou em ruínas, a proprietária viu a necessidade de uma nova casa, mesmo com seu orçamento apertado (G1, 2016 s.p.; CASA VOGUE, 2016 s.p.).

Na figura 4, representa o antes e o depois da casa da dona Dalva, a fachada nos remete a ver o quão inovador foi o projeto executado.

Figura 4: Fachada casa Vila Matilde antes e depois da reforma



Fonte: Archadaily, 2015.

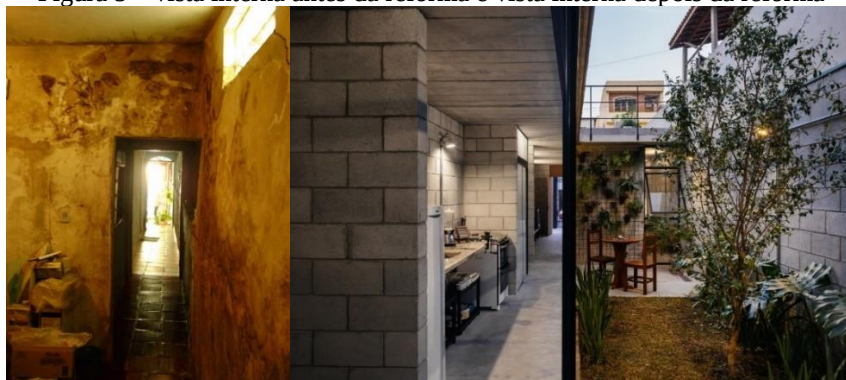
3.1.1 Aspectos Identitários/sociocultural

O projeto da casa confere a possibilidade da mudança de usos e adaptação dos espaços pela usuária. A laje acima da sala que hoje é uma horta pode ser coberta, criando um novo espaço de uso. As superfícies de chão, parede e teto também são possíveis de aplicação de revestimentos (CASA VOGUE, 2016).

Um importante aspecto para o projeto da moradia de Dona Dalva estava na sua vizinhança. Após sua casa começar a desmoronar sobre sua cabeça, a primeira opção da moradora era de vender a casa. Porém, fatores como vizinhança, questões financeiras e sua avançada idade convenceram a moradora a decidir permanecer no local, reformando a casa (TERRA E TUMA, 2017).

Sendo assim, os arquitetos tiveram papel importantíssimo para que a dona do imóvel permanecesse em seu meio social e cultural de preferência e que há anos convivia. Ao mesmo tempo que a casa antiga era demolida, foi necessário tomar extremo cuidado na execução de muros de arrimo para apoiar as casas aos arredores do terreno, que eram construídas apoiadas nos muros de divisa (ARCHDAILY BRASIL, 2015).

Figura 5 – vista interna antes da reforma e vista interna depois da reforma



Fonte: ARCHDAILY, 2015.

Nas imagens acima representa o antes e o depois interno da casa. Ali se vê o quão digno de ser morada ficou a residência, a identidade do local antes da reforma já havia se perdido diante tantos problemas que ocasionava, o reflexo identitário depois da reforma fez com que essa identidade voltasse a moradora.

3.1.2 Aspectos Econômicos

A principal forma de adaptação do orçamento do projeto foi na escolha dos materiais e acabamentos. Foi utilizado estrutura e blocos aparentes, para viabilizar uma obra de baixo custo, com maior controle e agilidade (TERRA E TUMA, 2017).

Com R\$ 150 mil incluindo os custos do projeto os arquitetos ergueram uma casa simples, mas bonita e confortável. A história de dona Dalva, é um exemplo de que a Arquitetura, mesmo com poucos recursos, pode transformar vidas. E que construir com arquitetos e urbanistas é garantia de economia e qualidade (CAU/BR, 2016).

3.1.1 Aspectos Funcionais

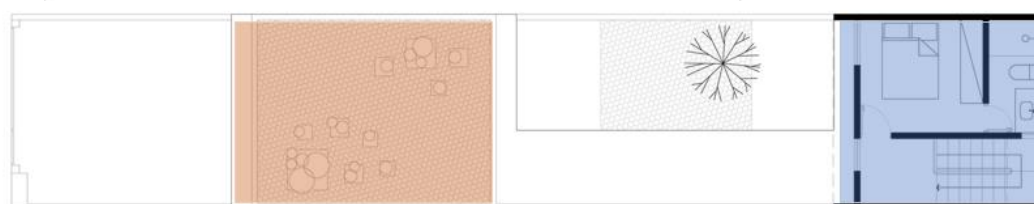
A casa está situada em um lote com 4,8 metros de largura por 25m de profundidade. O programa de necessidades está disposto em uma casa térrea, com sala, lavabo, cozinha, área de serviço e suíte no térreo a fim de atender a demanda da moradora (ARCHDAILY BRASIL, 2015).

Os quartos localizados na parte posterior da residência, enquanto uma articulação conecta lavabo, cozinha, área de serviço e um jardim interno, até a sala conectam a sala na parte frontal. Os arquitetos explicam “Na área central da casa, o pátio cumpre a função essencial de iluminar e a ventilar. Esta área, serve também como extensões da cozinha e da área de serviço” (TERRA E TUMA, 2017).

Figura 6 – Planta baixa térreo casa vila Madalena



Planta sem escala pav. superior



Fonte: TERRA E TUMA, 2017. Adaptado pela autora.

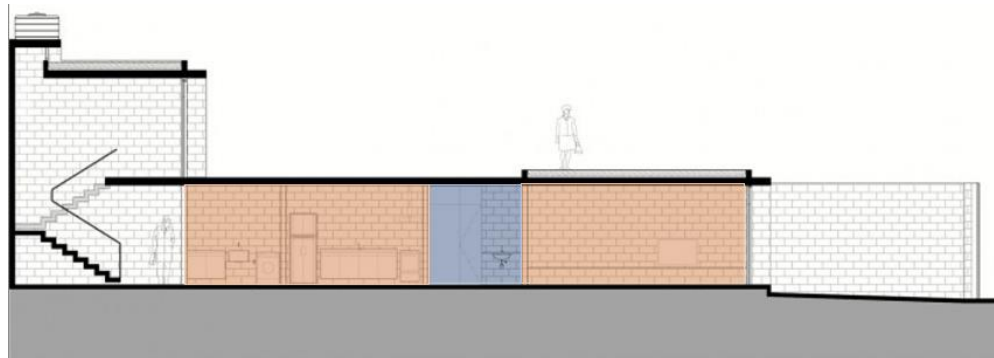


Na figura 8 representa os cortes AA e BB, no pavimento superior há uma suíte para visitas. A área sobre a laje da sala comporta a possibilidade de ser coberta, para ampliar o programa da casa a fim de atender a futuras necessidades dos moradores.

Figura 8 – Corte AA da vila Madalena



Corte sem escala BB



Fonte: TERRA E TUMA, 2017. Editado pela autora.

Área Comum
 Área Privativa

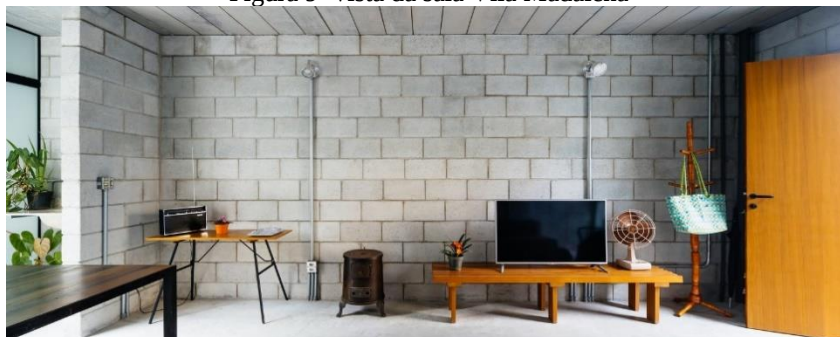
3.1.4 Aspectos Construtivos

A solução, foi fazer fechamentos em blocos de concreto e as lajes pré-fabricadas de concreto armado. O acabamento ficou por conta do concreto aparente dos blocos das paredes, que reflete a típica arquitetura moderna paulista, e é também muito usado na arquitetura contemporânea. Os construtores tiveram o cuidado de executar a obra com requinte, para que a casa de tivesse o melhor acabamento possível (CASA VOGUE, 2016 s.p.)

Tal feito revela que o projeto em questão foi tratado de maneira única. Em entrevista ao G1 (2016, s.p.) o arquiteto conta: Essa não é uma casa virtuosa, com acabamentos de última geração. E além do orçamento restrito, usamos aqueles materiais porque é a forma

como entendemos o conforto. Uma casa com blocos de concreto e estrutura aparente privilegia o espaço ao invés da superfície (G1, 2006).

Figura 9- vista da sala Vila Madalena



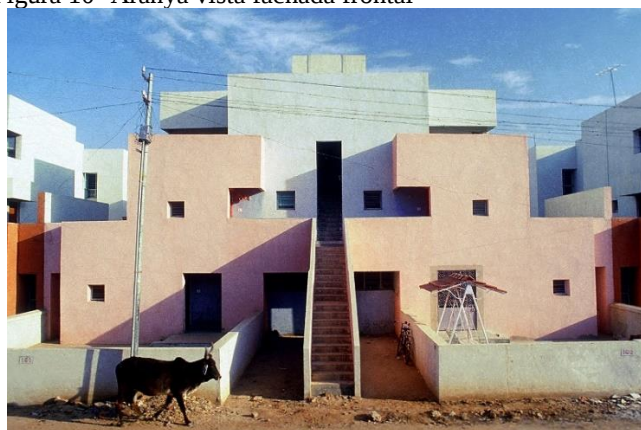
Fonte: ARCHDAILY, 2015.

Na imagem acima nos mostra a sala com o material utilizado concreto aparente em bloco, que foi todo o material construtivo para a casa, uma arquitetura contemporânea em tão pouco orçamento.

4.1 ARANYA- INDORE, INDIA

A habitação social Aranya localizada em Indore na Índia, é um projeto do escritório Life Insurance Corporation em Ahmedabad foi projetado em 1973, regido pelo arquiteto Balkrishna Doshi em 1989.

Figura 10- Aranya vista fachada frontal



Fonte: ARCHDAILY, 2018

Esta rede de casas, pátios e percursos internos oferece habitação para mais de 80.000 pessoas de baixa e média renda, em uma área planejada de 85 hectares, rendeu a Doshi o Prêmio Aga Khan de Arquitetura de 1993-1995 (ARCHDAILY, 2018).

Diz Doshi, parece que eu deveria fazer um juramento e lembrá-lo por toda a minha vida: proporcionar à classe mais baixa habitações adequadas (ARCHDAILY, 2018).

3.1.1 Aspecto identitário/ sociocultural

Doshi afirma sobre o projeto do conjunto habitacional de Aranya que “Eles não são casas, mas casas onde uma comunidade feliz vive. Isso é o que finalmente importa” (GUARDIAN NEWS, 2019).

O grande sucesso de Aranya foi porque, em vez de apresentar aqueles que moram lá, muitas vezes em uma casa construída para esse propósito pela primeira vez, com um design pronto, o desenvolvimento permite que os residentes tenham espaço e oportunidade de se adaptarem e melhorar suas casas (GUARDIAN NEWS, 2019).

Nas imagens abaixo mostra um reflexo do aspecto sociocultural que as pessoas tem ao entorno, seja ele de vizinhos ou formal. A interação que elas têm ao meio ambiente e o espaço que o conjunto oferece.

Figura 11– vista interna do conjunto habitacional Aranya.



Fonte: GUARDIAN NEWS, 2019.

3.1.2 Aspectos Econômicos

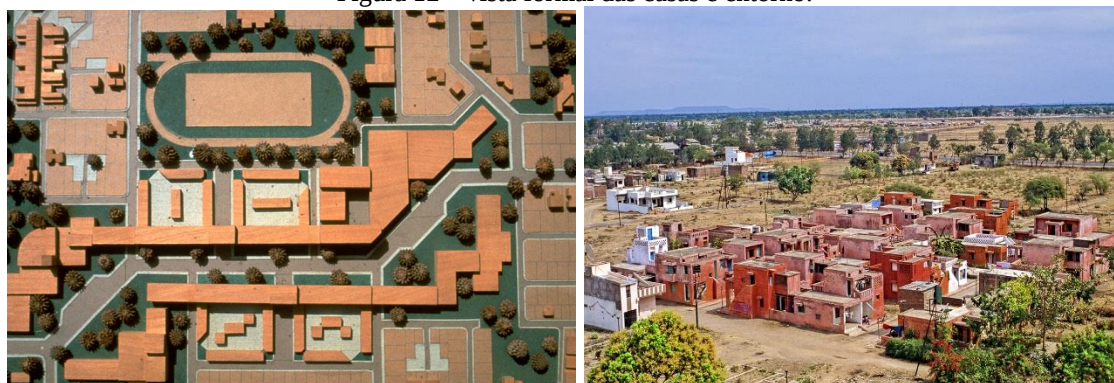
Os esquemas de pagamento é uma série de opções de site e serviço refletem os recursos financeiros dessa comunidade mista. Oitenta casas de demonstração, projetadas pelo arquiteto Balkrishna V. Doshi, exibem uma grande variedade de possibilidades, desde abrigos de um cômodo até casas relativamente espaçosas. A maioria dos grupos de renda compra apenas uma parcela da casa disponível para os mais pobres, além do terreno em si. O adiantamento é baseado no rendimento médio da família, sendo o saldo do empréstimo pago em prestações mensais (AGA KHAN FOUNDATION, 2018)

3.1.2 Aspectos funcionais

As duas aberturas no Norte e no Sul permitem a iluminação natural e a ventilação cruzada. Pátios dentro de casas, becos sem saída, praças públicas e pequenas áreas de atividade são suficientemente sombreados pelos edifícios adjacentes. Paisagismo e áreas verdes incluem floração e sombra árvores de tecelagem com cobertura do solo verde grosso (AGA KHAN FOUNDATION, 2018).

A figura 13 mostra o modelo do desenvolvimento urbano, o paisagismo inserido no local e os espaços abertos para atividades, é um reflexo do aspecto social para áreas de convivência e bem-estar para a população.

Figura 12 – vista formal das casas e entorno.



Fonte: GUARDINAN NEWS, 2019.

3.1.3 Aspecto construtivo

O local do Projeto tinha um solo de algodão preto propenso a encolher e inchar com a umidade. Estacas rasas de pequeno diâmetro com concreto vazado foram usadas, o que proporcionou uma fundação muito barata. As estacas foram conectadas em cruz a nível de plinto através de vigas de concreto nas quais as paredes de alvenaria com suporte de carga regular descansavam.

Pedra, tijolo e cimento estavam disponíveis localmente, cores vivas nas fachadas. Ruas internas e praças na Seção Economicamente Mais Fraca foram pavimentadas em pedra, reduzindo seu custo e manutenção. Estradas periféricas foram pavimentadas com asfalto para tráfego pesado. Doshi desenvolveu uma marcante linguagem, capaz de unir as tradições da arquitetura indiana com técnicas de pré-fabricação e o artesanato local, sem deixar de acompanhar as mudanças pelas quais o país foi passando.

CONCLUSÃO

No presente trabalho foi exposta a introdução, contida de assunto, tema, problema de pesquisa, justificativas, objetivos gerais e específicos, marco teórico e metodologia científica de pesquisa utilizada.

No primeiro capítulo foi abordado os fundamentos arquitetônicos, que remeteu todo o começo da arquitetura e suas linguagens. O surgimento e abordagem da arquitetura de habitação de interesse social, que é o foco principal desta pesquisa, justifica e enfatiza a necessidade de se ter um olhar voltado para a moradia de qualidade do cidadão.

Permitiu abordar o aspecto histórico da habitação social no Brasil, analisando desde os primórdios da moradia popular até a situação vivenciada nos dias atuais. Pode-se observar que as condições das políticas de habitação de determinada época têm relação direta com a conjuntura política, social e econômica.

Assim de forma geral, pode-se dizer que, no período da República Velha, em virtude da concepção liberal de Estado, a preocupação principal com a habitação social era na questão sanitária, utilizando-a, também, como método de segregação espacial e social. No período populista, com a mudança para uma compreensão o Estado passa a atuar ativamente nas políticas de habitação, tanto para estimular a economia como para criar vínculos com a nova base social, o trabalhador assalariado, objetivando, inclusive, criar a ideia moral do “bom trabalhador”.

Na ditadura civil-militar, o Estado teve uma atuação autoritária, padronizada e centralizada, sem espaço para diálogo com os diferentes atores sociais. Ainda, como foi preciso mostrar que a ditadura era capaz de resolver os problemas sociais e, de certa forma, conter as massas, haja vista o fechamento político, foi criado o Banco Nacional de Habitação, podendo ser considerado um dos 66 maiores programas de habitação realizado pelo Estado. No período da redemocratização e logo após a ele, em virtude dos sérios problemas econômicos advindos desde o final da ditadura civil-militar, houve um regresso da atuação do Estado, reduzindo as políticas de habitação, assim como a estrutura montada até então.

No segundo capítulo trouxe as obras de habitação de interesse social, abordando os aspectos identitários, socioculturais, funcionais, econômicos e construtivos. Os projetos apresentados são relativamente diferentes um do outro, tanto em localidade como economicamente. Formas e funcionalidades diferentes em relação a custos, materiais, mas que ocasiona a arquitetura de interesse social ser digna de ser morada.

REFERÊNCIAS

- ARAVENA, Alejandro. ARCHDAILY BRASIL. **Quinta Monroy / ELEMENTAL**. Archdaily Brasil, 2012. Disponível em: < <http://www.elementalchile.cl/en/>> acesso em 06 de maio 2019.
- ARTIGAS, Vilanova. **Caminhos da Arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify, 2004
- AZEVEDO, Sérgio; ANDRADE, Luis A. G. Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências. **Habitação social nas metrópoles brasileiras. Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Coleção HABITARE/FINEP**. Porto Alegre: ANTAC, 2007.
- BASSO, L; VAN DER LINDEN, J. C.S. **Mobiliário urbano: Origem, Forma e Função**. 9º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, São Paulo, out. 2010. Disponível em: < <http://blogs.anhembi.br/congressodesign/anais/artigos/69553.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2019
- BASTOS, M. A. J. **Brasil: Arquitetura após 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2010
- BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. 3 ed. Perspectiva S.A. São Paulo. 2004
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 2ª ed. São Paulo: Estação liberdade Ltda, 1999.
- BONDUKI, Nabil. Do projeto moradia ao programa minha casa minha vida. **Teoria e Debate**, v. 82, p. 8-14, 2009.
- _____. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas
- BONDUKI, Nabil; LEITE, Maria J. B. **Habitação Popular in MONTEZUMA, Roberto (org). Arquitetura Brasil 500 anos. Recife**, Universidade Federal de Pernambuco, pp. 22-120, 2008.
- BONDUKI, Nabil; ROSSETTO, Rossella. **O Plano Nacional de Habitação e os recursos para financiar a autogestão**. **Revista Trimestral de Debate da FASE**, Proposta nº116, pp.33-38, 2008.
- BOTELHO, Adriano. **O financiamento e a financeirização do setor imobiliário**. Tese de Doutorado em Geografia apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CARDOSO, Adauto; ARAGÃO, Thêmis. **Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil**. In: CARDOSO, A. (Org.). O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: IPPUR/Letra Capital, 2013.

CARLOS, Ana Fani A. **A Cidade**. 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CORDERIO, Simone. **Cidade Tiradentes e COHAB: Moradia Popular na Periferia da Cidade de São Paulo – Projetos e Trajetórias (1960-1980)**. Tese de Doutorado em História apresentado a Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2009.

CASA VOGUE, 2016. Casa Vila Matilde: **arquitetura de qualidade e acessível**. Disponível em: < <https://casavogue.globo.com/Interiores/casas/noticia/2015/11/casa-vila-matilde-arquitetura-de-qualidade-e-acessivel.html> > acesso em: 06 de maio de 2019.

CYMBALISTA, Renato; MOREIRA, Tomás. **Política Habitacional no Brasil: a história e os atores de uma narrativa incompleta. Participação Popular nas Políticas Públicas**, p. 31-48, 2006

FITTIPALDI, Mônica. **Habitação social e arquitetura sustentável em Ilhéus/BA**. 2009. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus.

GHIRARDO, Diane. **Arquitetura contemporânea: uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

G1, 2016. **Diarista de SP junta dinheiro para reformar casa e obra ganha prêmio**. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/02/diarista-de-sp-junta-dinheiro-para-reformar-casa-e-obra-ganha-premio.html> > acesso em: 06 de maio de 2019.

GLANCEY, Jonathan. **A história da Arquitetura**. São Paulo: Loyola, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 1995 São Paulo: Companhia das Letras.

LE CORBUSIER. **Urbanismo**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 6ª.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. 7 ed. São Paulo, Atlas, 2010. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, LAKATOS, Eva Maria. Sociologia geral. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1990

MATTOSO E MUNIZ, 2006. **Habitação- Habitação no governo Lula**. Disponível em <<https://fpabramo.org.br/2006/08/23/habitacao-a-habitacao-no-governo-lula-1-por-jorge-mattoso-e-suely-muniz/>> acesso em: 06 de maio de 2019.

MARICATO, Ermínia 1998. **Política urbana e de habitação social: um assunto pouco importante para o governo FHC.** Disponível em <http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato_politicaurbanafhc.pdf> acesso em: 02 de maio de 2019)

MINOZZI, Celso Lomonte. Rito de arquitetura. Tese (doutorado) – **Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo** – FAUUSP. São Paulo. 2009.

MONTANER, Josep Maria. **Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos.** São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

PEREIRA, José Ramón Alonso. **Introdução à história da Arquitetura.** Barcelona. Editorial Reverté, S.A., 2005

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense. 1995. (Coleção Primeiros Passos, 203)

ROSA, Lourdes Zunino. **HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - Como surgiram as favelas e o que se tem avançado em novas unidades e consolidação de assentamentos existentes,** (2010). Disponível em <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/1312245/DLFE56335.pdf/13_SECAOIV_2_HABITACAO_docfinal_rev.pdf> Acesso em 04 de agosto 2014.

SAULE N, J. **Direito à cidade: Trilhas legais para o direito as cidades sustentáveis.** São Paulo: Max Limonad, 1999.

SULLIVAN, Louis. **Kindergarten Chats and Other Writings.** Nova York: Wittenborn, 1947.

VARGAS, Getúlio, disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/dhbb/Getulio%20Vargas.pdf>> acessado, 23 de março de 2019.

TERRA E TUMA. **Casa Vila Matilde.** 2015. Disponível em <<http://terraetuma.com/archives/portfolio/items/vmatilde>>: acesso em: 06 de maio de 2019.

THE GUARDIAN. **Chilean architect Alejandro Aravena wins 2016 Pritzker prize.** 2016. Disponível em: acesso em 09 de maio de 2017

TORY-HENDERSON, Nina. **Quinta Monroy.** 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/artanddesign/2016/jan/13/chilean-architect-alejandro-aravena-wins-2016-pritzker-prize>> acesso em: 06 de maio de 2019.

KRAHENBUHNL, Lair. **Sustentabilidade e Inovação na habitação popular**. São Paulo, Secretaria de estado da habitação, 2010.